



ANO 13 Nº 4
Abril de 2004

Carta de Conjuntura FEE

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria da Coordenação e Planejamento
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
Siegfried Emanuel Heuser

Soja no RS: produção em queda e preço em alta

Segundo levantamento da Emater-RS de 16 a 23 de março de 2004, a estimativa de área colhida de soja no Rio Grande do Sul para a safra 2003/04 é de 3.896.307 hectares, 8,5% acima da área da safra anterior. Entretanto é aguardada uma forte redução na produção da oleaginosa, em função da estiagem que atinge o Estado desde o começo de janeiro. A produtividade média, que, na safra 2002/03, havia atingido 2.667 kg/ha, deve alcançar, na de 2003/04, tão-somente 1.554 kg/ha, significando uma quebra de 41,7% em relação à produtividade da colheita anterior e de 30,9% sobre as primeiras estimativas feitas pela Emater-RS, que já previam uma sensível redução do rendimento médio em relação ao do ano anterior. Feitas as contas, a produção deve ficar em 6.054.861 toneladas, montante 36,8% menor que o da safra passada — que havia alcançado recorde de 9.579.293 toneladas — e 29% abaixo das primeiras estimativas.

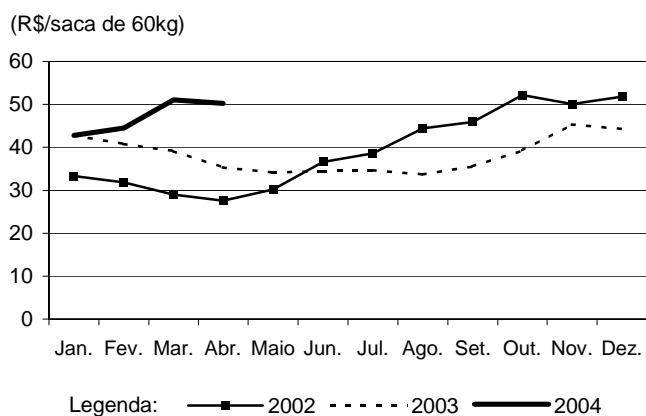
Em contrapartida, o preço em alta da soja deve contrabalançar, em parte, as perdas de produção. Os preços da soja já vinham subindo desde, pelo menos, 2002. A explicação básica para esse comportamento encontra-se do lado tanto da demanda quanto da oferta. Os Estados Unidos, maior produtor da oleaginosa, vêm reduzindo, ano a ano, sua produção, como reflexo de uma política agrícola que privilegia o milho em detrimento da soja. Pelo lado da demanda, a China, amparada em seu vigoroso crescimento econômico, vem aumentando suas importações do produto. Afora esses aspectos mais estruturais, surgem, neste momento, fatores conjunturais que ajudam a explicar a recente alta dos preços. A influência da gripe do frango, que poderia retrair as importações asiáticas de soja para ração, não deve impactar o consumo mundial do produto, uma vez que é esperado que a produção avícola menor na Ásia seja compensada pela maior produção de outras regiões, notadamente o Brasil. Por outro lado, a produção dos EUA deve alcançar 66 milhões de toneladas, frente às 75 milhões da safra anterior. Na Argentina, o outro grande produtor mundial, também haverá perdas em virtude de escassez de chuvas, fazendo com que a safra atual repita os números da anterior. No caso brasileiro, as previsões iniciais de uma safra ao redor de 59 milhões de toneladas deram lugar a estimativas que apenas repetem os números da safra anterior (52 milhões). Regionalmente, há perdas pelo excesso de umidade no Mato Grosso e pela escas-

sez de chuva no Mato Grosso do Sul e em toda a Região Sul, marcadamente no Rio Grande do Sul.

O reflexo imediato disso é o aumento acentuado dos preços da soja tanto no mercado internacional quanto no doméstico. O preço verificado na Bolsa de Chicago passou de US\$ 12,79 para US\$ 22,68 de março de 2003 a março de 2004, uma alta de 77%. Já os preços pagos em reais aos produtores gaúchos tiveram forte crescimento nos primeiros meses do ano, alcançando uma cotação de cerca de R\$ 50,00 em abril, uma alta de 42% em relação a abril do ano anterior.

É certo que a renda recorde da safra gaúcha do ano passado não terá como se repetir, afetada que será pela quebra da produção. Entretanto as perdas ocasionadas pela estiagem poderão ser, em parte, amenizadas pelos fatores ligados ao mercado internacional e pelas próprias intempéries climáticas que também afetam outras regiões produtoras e que acabam determinando os altos preços do produto.

Preços reais mensais recebidos por produtores
de soja do RS — 2002/04



FONTE: FGV.

Emater-RS.

NOTA: Valores atualizados pelo IGP-DI da FGV.

O mercado de trabalho formal em 2002: um perfil dos empregados

Os últimos dados disponíveis sobre a situação e o nível do emprego formal no RS, divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), acusam, em 2002, 2.027.416 vínculos legais, a maior parte no setor serviços (28,3%) e na indústria de transformação (27,6%). A administração pública e o comércio são os outros setores expressivos, concentrando 18,8% e 17,4% dos trabalhadores respectivamente. Como caracterização geral do mercado de trabalho formal gaúcho, tem-se que 57,6% são homens; a faixa etária com maior significado é a de 30 a 39 anos (29,4% do total dos empregados), seguida pela de 40 a 49 anos (22,8%) e pela de 18 a 24 anos (20%). O nível de escolaridade continua insatisfatório diante das exigências do processo produtivo — 30,8% dos trabalhadores não têm o ensino fundamental completo, 27,2% alcançaram apenas o fundamental completo, 30% possuem, pelo menos, o ensino médio completo, e 12% detêm o diploma de curso superior.

Ainda que se esteja com um olhar estático sobre o mercado de trabalho, é forçoso destacar que o perfil dos empregados sofreu algumas transformações marcantes na última década, em especial aquelas derivadas do aumento da parti-

cipação dos trabalhadores com 40 anos de idade ou mais e da redução do contingente nos patamares mais baixos de educação formal.

Distribuição percentual dos empregados formais, por níveis de escolaridade e faixas etárias selecionadas, no RS — 2002

DISCRIMINAÇÃO	DISTRIBUIÇÃO
Níveis de escolaridade	
Analfabeto	0,94
Fundamental incompleto	29,88
Fundamental completo até médio incompleto	27,17
Médio completo até superior incompleto	29,97
Superior completo	12,04
Faixas etárias selecionadas	
De 18 a 24 anos	19,96
De 25 a 29 anos	15,14
De 30 a 39 anos	29,44
De 40 a 49 anos	22,80
De 50 a 64 anos	10,39

FONTE: MTE.

Maria Isabel H. da Jornada (FEE/NET)

As desonerações fiscais do ICMS e o seu impacto na economia

A estimativa do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) potencial é importante, pois revela quanto seria arrecadado se não existissem desonerações fiscais (benefícios, anistias e isenções). Partindo-se do Valor Adicionado Fiscal (VAF) e aplicando-se a alíquota média ponderada do ICMS, chega-se ao ICMS potencial. Já as desonerações fiscais seriam a diferença entre o valor potencial e o ICMS efetivamente arrecadado. Com base nessa metodologia, um estudo recente revelou que, em quatro estados, o que se deixou de arrecadar com o ICMS é um percentual bem expressivo. Nos Estados do Rio Grande do Sul e de São Paulo, as desonerações fiscais aumentaram de 29,5% e 18,0% (1996) para 41% e 29,7% (2002) do ICMS potencial respectivamente. O mesmo fenômeno ocorreu em Minas Gerais: 20,3% (1996) para 29,7% (2001) do ICMS potencial. Somente no Rio de Janeiro houve uma diminuição de 27,2% (1996) para 22,1% (2001). Em função disso, a literatura especializada vem investigando para saber até que ponto as renúncias fiscais podem estar trazendo benefícios para a economia. Entretanto, até o presente momento, ainda

não se pode afirmar com segurança que tem havido um impacto positivo na economia. Enquanto não forem desenvolvidas novas pesquisas, os efeitos das desonerações fiscais na economia permanecem como uma questão aberta.

Desonerações fiscais do ICMS dos Estados do RS, de SP, de MG e do RJ — 1996-02

ANOS	(% do ICMS potencial)			
	RS	SP	MG	RJ
1996	29,5	18,0	20,3	27,2
1997	37,9	18,3	29,2	35,9
1998	41,5	25,1	35,5	27,1
1999	40,9	23,9	32,8	29,9
2000	38,1	23,8	34,8	39,3
2001	38,9	29,6	29,7	22,1
2002	41,0	29,7

FONTE: BORDIN, L. C. V. ICMS gastos tributários e receita potencial. In: VII Prêmio do Tesouro Nacional, ESAF, Brasília, 2003.

Alfredo Meneghetti Neto (FEE/NEESF)



Tenha acesso a esta e a outras
publicações em
nossa Home Page
www.fee.rs.gov.br

**Carta
de
Conjuntura FEE**

As exportações do RS para a Argentina

No primeiro bimestre de 2004, as exportações totais do RS cresceram 28,50% em relação a jan.-fev./03. No mesmo período, as exportações do Estado para a Argentina elevaram-se 116,42%, e a participação desse país foi de 10,16% na pauta exportadora gaúcha. O aumento das vendas para o país vizinho deveu-se principalmente à recuperação da sua economia após a crise de 2001/02. Saliente-se que esse crescimento já vem ocorrendo desde 2003, quando as exportações gaúchas para a Argentina registraram um incremento de 188,25% em relação ao ano de 2002. O mercado argentino é importante para as exportações do RS, porque se constitui, basicamente, de produtos industrializados.

Com a retomada de sua economia e os bons preços dos produtos agrícolas no mercado internacional, a Argentina aumentou a demanda por máquinas agrícolas (debulhadoras,

tratores, colheitadeiras, etc.) e converteu-se, desde o ano passado, no maior mercado externo para as máquinas agrícolas do Estado.

Os polímeros em formas primárias (polietileno) também se destacaram na pauta de exportações do RS para a Argentina, embora tenham perdido participação em relação ao primeiro bimestre de 2003. Mesmo assim, a indústria de plástico espera recuperar o terreno perdido na Argentina em 2002 e voltar aos níveis exportados em 2001.

Motores a diesel; carrocerias para ônibus e caminhões; e óleo diesel, ausentes das exportações do RS para a Argentina nos primeiros dois meses de 2003, também ocuparam lugar de destaque no *ranking* dos produtos com maior participação nas vendas para esse país, no primeiro bimestre de 2004.

Exportações do RS para a Argentina — jan.-fev. 2003-04

POSIÇÃO NA NCM	DESCRIÇÃO	JAN-FEV 2003 (US\$ FOB 1 000)	JAN-FEV 2004 (US\$ FOB 1 000)	Δ%	PARTICIPAÇÃO %	
					Jan.-Fev. 2003	Jan.-Fev. 2004
84.33	Máquinas e aparelhos para colheita ou debulha de produtos agrícolas, incluídas as enfardadeiras de palha ou forragem; cortadores de grama (relva) e ceifeiras; máquinas para limpar ou selecionar ovos, frutas ou outros produtos agrícolas, exceto as da posição 84.37	8 494	24 617	189,83	14,70	19,68
39.01	Polímeros de etileno em formas primárias	12 127	16 913	39,47	20,98	13,52
87.01	Tratores (exceto os carros-tratores da posição 87.09)	1 463	8 203	460,53	2,53	6,56
84.08	Motores de pistão, de ignição por compressão (motores diesel ou semidiesel)	0	5 973	-	0,00	4,78
87.07	Carrocerias para os veículos automóveis das posições 87.01 a 87.05, incluídas as cabinas	0	4 903	-	0,00	3,92
27.10	Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos, exceto óleos brutos; preparações não especificadas nem compreendidas em outras posições, contendo, como constituintes básicos, 70% ou mais, em peso, de óleos de petróleo ou de minerais betuminosos; desperdícios de óleos	0	3 973	-	0,00	3,18
	Outros	35 713	60 499	69,40	61,79	48,37
	Total	57 796	125 080	116,42	100,00	100,00

FONTES DOS DADOS BRUTOS: MDIC/SECEX/DTIC/Sistema Alice.

Teresinha Bello (FEE/NERI)

Produção de calçados em 2003: RS versus CE

Em 2003, o setor calçadista brasileiro continuou a apresentar resultados inexpressivos, explicados pelo prolongamento da retração econômica nos principais países importadores e no Brasil, com conseqüentes impactos negativos sobre a renda média da população e sobre o consumo doméstico.

Nesse ambiente deprimido, a produção de calçados, medida pelo índice de produção física do IBGE, registrou taxas negativas em quase todos os pólos produtores de calçados. No Rio Grande do Sul, principal estado produtor, a queda foi bastante acentuada (-11,6%). Já no Ceará, último pólo calçadista a ser implantado, a redução foi bem menor (-2,5%), fato explicado pelo tipo de calçados ali produzidos.

O “encolhimento” do mercado interno observado nos últimos anos vem estimulando os fabricantes nacionais a intensificarem a adoção de estratégias de ampliação das vendas externas, com menos sucesso no RS do que no CE. Paralelamente, efetuam-se investimentos que visam aumentar o valor agregado e a qualidade do calçado nacional, e realizam-se esforços de diversificação de mercados. Em 2003, continuou-se a observar uma tendência à consolidação de mercados alternativos aos Estados Unidos — que perdeu representatividade — em ambos os estados considerados.

Destacam-se também a recuperação das vendas para a Argentina, que, em 2003, recuperou a posição de terceiro maior comprador de calçados brasileiros, e a notável expansão das exportações cearenses para o México, o que pode ser explicado pelo tipo de calçado exportado.

Produção física e exportação da indústria de calçados no RS e no CE — 2002-03

INDICADORES E PAÍSES	2002		2003	
	RS	CE	RS	CE
Índice acumulado da produção física (1)	93,02	107,20	88,37	97,51
Exportação (US\$ 1 000)	1 195 121	110 769	1 185 759	167 515
Exportação por destino (%)	100,00	100,00	100,00	100,00
Estados Unidos ...	71,78	60,08	66,45	58,52
Reino Unido	7,47	5,37	7,84	3,49
México	2,44	4,48	1,89	10,55
Alemanha	1,76	0,73	2,35	0,99
Argentina	0,68	1,06	3,30	5,53
Outros	15,86	28,29	18,17	20,92

FONTES: PIM-IBGE. MDIC.

(1) Acumulado no ano até dezembro.

Maria Lucrecia Calandro (FEE/NEI)

Teto remuneratório *versus* rendimentos no Brasil

A Constituição Federal (CF) de 1988 estabeleceu um limite máximo (teto) para as remunerações dos servidores do setor público. Além disso, foi prevista a vedação do direito adquirido para o recebimento de remuneração acima do teto fixado. Porém decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) reformaram a matéria referente ao teto de tal forma que obstaculizaram a sua aplicabilidade.

A Emenda Constitucional (EC) nº 19/98 (Reforma Administrativa) procurou voltar à propositura original da CF de 1988, fixando um teto nacional único, que deveria incluir todas as vantagens, pessoais ou de qualquer natureza, tendo como limite o subsídio dos Ministros do STF. O Supremo rapidamente decretou a não-auto-aplicabilidade da EC 19, por entender que a fixação do subsídio dependeria de lei de iniciativa conjunta dos Presidentes da República, do Senado, da Câmara e do STF. Em virtude dessa exigência, o teto remuneratório não foi aplicado nas esferas governamentais até os dias de hoje, com a exceção peculiar do Executivo Federal.

Em 2003, com a aprovação da EC 41 (Reforma da Previdência), foi determinado o limite máximo de remuneração no serviço público — incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer natureza —, que passa a ser o subsídio mensal dos Ministros do STF, fixados através de lei de iniciativa do STF a ser encaminhado ao Congresso Nacional. Enquanto não for fixado o subsídio, será considerada como teto a remuneração do Presidente do STF (R\$ 19.115,19).

Mesmo não querendo se espelhar na distribuição (desigual) de rendimentos existentes no País — pois é inegável que os funcionários de carreiras típicas de Estado precisam estar amparados por uma remuneração digna e suficiente, dentro da razoabilidade —, é necessário lembrar que a Constituição de 1988 tratou de estabelecer, além do teto, “(...) a relação de valores entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos”, o que chegou a ser definido na Lei nº 8.112/90, de acordo com a qual a menor remuneração não poderia ser inferior a 1/40 do teto.

É completamente dissociada da distribuição de rendimentos existente no País a batalha de alguns servidores públicos, assim como a de aposentados e pensionistas, para manter ganho acima do teto, que já é 79,65 vezes maior do que o piso salarial vigente. Conforme se pode verificar na tabela, no Brasil, apenas 1,54% da população ocupada recebe acima de 20 salários mínimos (R\$ 4.800,00), e 86,90% das pessoas ganham até cinco salários mínimos (R\$ 1.200,00), sendo que toda essa faixa da população tem rendimentos ainda abaixo do que seria necessário para satisfazer as necessidades previstas na Constituição para a sobrevivência do trabalhador e de sua família, que, segundo o DIEESE, em fevereiro de 2004, seria de R\$ 1.422,36.

No Brasil, a existência de um dispositivo constitucional não garante a sua aplicabilidade, sendo necessária força política para tanto. Principalmente quando se trata de valores pecuniários.

Pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, segundo as classes de rendimento mensal de todos os trabalhos, no Brasil — 2002

CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL DE TODOS OS TRABALHOS	NÚMERO DE PESSOAS	PERCENTUAL POR CLASSES DE RENDIMENTOS	ACUMULADO POR CLASSES DE RENDIMENTOS (%)
TOTAL	68 044 019	100,00	-
Até 1 salário mínimo	21 158 222	31,09	31,09
Mais de 1 a 2 salários mínimos	20 546 051	30,20	61,29
Mais de 2 a 3 salários mínimos	9 617 540	14,13	75,42
Mais de 3 a 5 salários mínimos	7 808 539	11,48	86,90
Mais de 5 a 10 salários mínimos	5 640 542	8,29	95,19
Mais de 10 a 20 salários mínimos	2 223 008	3,27	98,46
Mais de 20 salários mínimos	1 050 117	1,54	100,00

FONTE: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2002: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. 1 CD-ROM.

NOTA: Excluídas da tabela original as classes Sem Rendimento e Sem Declaração.

Calino Pacheco Filho (FEE/NIS)

CARTADE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 15.04.04).

ISSN 1517-7264

A **Carta de Conjuntura FEE** é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria da Coordenação e Planejamento.

Tiragem: 1.200 exemplares.



**Fundação de Economia e Estatística
Siegfried Emanuel Heuser**

Presidente: Aod Cunha de Moraes Junior

Diretor Técnico: Álvaro Antônio Louzada Garcia

Diretor Administrativo: Antonio Cesar Gargioni Nery

Conselho Editorial da Carta: Álvaro Antônio Louzada Garcia, Adalberto Alves Maia Neto, Octavio Augusto Camargo Conceição e Roberto da Silva Wiltgen.

Núcleo de Dados: Marilene Gauer (coordenação), Ana Maria de Oliveira Feijó e Jussara Lima do Nascimento.

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser

Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre

CEP 90010-283

E-mail: conjuntura@fee.tche.br

www.fee.rs.gov.br

Editoração

Supervisão: Valesca Casa Nova Nonnig. Secretária: Luz Da Alva Moura da Silveira.

Revisão

Coordenação: Roselane Vial. Revisores: Breno Camargo Serafini, Rosa Maria Gomes da Fonseca, Sidonia Therezinha Hahn Calvete e Susana Kerschner.

Editoria

Coordenação: Ezequiel Dias de Oliveira. Composição, diagramação e arte final: Cirei Pereira da Silveira, Denize Maria Maciel, Ieda Koch Leal e Rejane Maria Lopes dos Santos. Conferência: Elisabeth Alende Lopes, Lenoir Buss e Rejane Schmitt Hübner. Impressão: Cassiano Osvaldo Machado Vargas e Luiz Carlos da Silva.